

# Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira  
Janaina de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)



# Culturas e História dos Povos Indígenas

Denise Pereira  
Janaina de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)



**Atena**  
Editora

Ano 2020

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Culturas e história dos povos indígenas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Culturas e história dos povos indígenas [recurso eletrônico]  
/ Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do  
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-366-8

DOI 10.22533/at.ed.668201609

1. Etnologia. 2. Povos indígenas – História. I. Pereira,  
Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula.

CDD 980.41

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Há, na construção tradição narrativa da realidade brasileira, ou do “Mito fundador” como chamou a Marilena Chauí, um lugar constante para as culturas e povos indígenas. Um lugar passivo, esquecido, padrão como toda tradição inventada: em que o real não ocupa tanto espaço quanto o que se espera ser: um indígena que não ocupa os dias atuais, mas pertencem a dias esquecidos como influência.

Não é assim, por mais força que essa imagem tenha no senso comum, que os povos indígenas ocupam seus espaços e lutam por direitos, reconhecimento e conhecimento nos dias atuais. De fato, a própria ideia de “indígena» pode acabar por mascarar a realidade dos grupos e povos e identidades diversas que nos cabem no Brasil. Em todos os continentes, os povos indígenas permanecem enfrentando massiva discriminação, com impactos agravados quando se encontram em situação de minorias, étnicas e lingüísticas. Por isso é extremamente importante a reflexão proposta sobre esse tema. Na tentativa de avançar na desconstrução desse espaço imaginário do indígena mítico, que tem que ser substituído pelo reconhecimento de suas culturas ricas e diversas e de sua luta incessante. Essa cultura vasta e diversificada.

Disponos no Brasil de uma miríade de culturas e saberes, realidades materiais e imateriais. Tomar como objeto, significa, como bem lembra Manuela Carneiro da Cunha (1998) – a cultura global não existe como um imperativo absolutos, enquanto reconhecermos que o local não perde seu poder. Muito pelo contrário, continuam presentes e ativos, com seu espaço e presença enquanto objeto de investigação e de construção da realidade social brasileira.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Janaína de Paula do E. Santo

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A CRIANÇA GUARANI E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INFANTIL INDÍGENA NA ALDEIA KRUKUTU

Edna Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.6682016091**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DE CURRÍCULO NAS ESCOLAS INDÍGENAS DOS POVOS DA REGIÃO DO TAPAJÓS-ARAPIUNS – AMAZÔNIA – BRASIL

Claudio Emidio-Silva

Rita de Cassia Almeida-Silva

Maria Lucia Martins Pedrosa Marra

**DOI 10.22533/at.ed.6682016092**

### **CAPÍTULO 3..... 23**

DESAFIO DOCENTE E AS PRÁTICAS INCLUSIVAS: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA ESCOLA INDÍGENA DE RORAIMA

Catarina Janira Padilha

Leila Soares de Souza Perussolo

**DOI 10.22533/at.ed.6682016093**

### **CAPÍTULO 4 ..... 37**

A FUNÇÃO AFIRMATIVA DA BIBLIOTECA ESCOLAR COM A MANUTENÇÃO DA CULTURA INDÍGENA

Carla Patrícia Martins Albuquerque

Paulo Roberto de Souza Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.6682016094**

### **CAPÍTULO 5..... 51**

ANÁLISE DO ENSINO PRATICADO EM UMA ESCOLA INDÍGENA: O CASO DA ALDEIA TUXA EM IBOTIRAMA, BAHIA

Adriana Maria dos Santos

Fábio de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.6682016095**

### **CAPÍTULO 6..... 63**

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NO ALTO RIO NEGRO: ACESSO À EDUCAÇÃO NO CAMPUS IFAM – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM

Luclécia Cristina Moraes da Silva

Roberta Enir Faria Neves de Lima

Jefferson Aristiano Vargas

Maria Isabel Oliveira Silva

Joscival Vasconcelos Reis

Edilson Martins Melgueiro

**DOI 10.22533/at.ed.6682016096**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>77</b>
CANÇÕES DO GRUPO RAÍZES CABOCLAS: A PRESENÇA DO LÉXICO INDÍGENA APLICADA À PEDAGOGIA DO ENSINO BÁSICO	
Karen Francis Maia	
Renato Antônio Brandão Medeiros Pinto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6682016097</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>88</b>
DESCOLONIZANDO SABERES: UM DESPERTAR COM A TERRA NO ESTUDO DE OUTRAS EPISTEMOLOGIAS	
Aida Brandão Leal	
Rafaela Werneck Arenari	
Janaína Mariano César	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6682016098</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>97</b>
TRABALHO CÊNICO E TEÓRICO: “IKUÃNI” O CORPO DA ANCESTRALIDADE	
Regina Cláudia Moraes de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6682016099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>107</b>
AUDIOVISUAL E CULTURA INDÍGENA NOS CURTAS METRAGENS DE ADEMILSON “KIKI” CONCIANZA	
Nicolly Cardoso Tiradentes de Souza	
Carolina Fernandes da Silva Mandaji	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66820160910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>119</b>
ORALIDADES, MEMÓRIAS E NARRATIVAS MĚBĚNGÔKRE: HISTÓRIAS DE UM POVO “SEM ESCRITA”	
Dilma Costa Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66820160911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>132</b>
MEMÓRIAS DE FAMÍLIA: RECONSTRUINDO A HISTÓRIA DE JOÃO TOMÁS, REVELA-SE UM PEDAÇO DA HISTÓRIA PANKARARU E DOS ÍNDIOS NO NORDESTE	
Alberto Reani	
Josélia Ramos da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.66820160912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>146</b>
O MOCORORÓ E SUA IMPORTÂNCIA PARA OS POVOS INDÍGENAS DO LITORAL CEARENSE - RESISTÊNCIA E ESPIRITUALIDADE NOS MODOS DE FAZER E CONSUMIR	
Carolinne Melo dos Santos	
Anna Erika Ferreira Lima	
Ana Cristina da Silva Moraes	

Mateus de Castro Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.66820160913

**CAPÍTULO 14..... 160**

INDICADORES NATURALES SOBRE LAS VARIACIONES CLIMÁTICAS QUE UTILIZAN LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE LA AMAZONÍA PERUANA: CASO DE CUATRO COMUNIDADES NATIVAS DE UCAYALI Y MADRE DE DIOS.

Yolanda Ramírez Villacorta

Oliverio Llanos Pajares

DOI 10.22533/at.ed.66820160914

**CAPÍTULO 15..... 175**

MANEJO FORESTAL DE BOSQUES COMUNALES: ESTRATEGIA PARA LA MITIGACIÓN Y ADAPTACIÓN AL CAMBIO CLIMÁTICO EN COMUNIDADES NATIVAS AMAZÓNICAS DEL PERÚ

Yolanda Ramírez Villacorta

DOI 10.22533/at.ed.66820160915

**CAPÍTULO 16..... 187**

PROCESOS DE DESCOLONIZACIÓN A PARTIR DE LA “EXPERIENCIA DE LA EXTRAÑEZA” COMO UNA EPISTEMOLOGÍA CONTRAHEGEMÓNICA PARA LAS TRANSFORMACIONES GLOBALES. UNA PERSPECTIVA FEMINISTA

Cornelia Giebeler

DOI 10.22533/at.ed.66820160916

**CAPÍTULO 17..... 202**

DA LÍNGUA AMEAÇADA ÀS POLÍTICAS DE FORTALECIMENTO: ASPECTOS DA SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DOS ASURINI DO XINGU

Rodrigo Mesquita

Adriane Melo de Castro Menezes

DOI 10.22533/at.ed.66820160917

**CAPÍTULO 18..... 218**

AS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPASSES INTERÉTNICOS NA EFETIVAÇÃO DO CONSELHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS INDÍGENAS DO TOCANTINS

Adriana Tigre Lacerda Nilo

DOI 10.22533/at.ed.66820160918

**CAPÍTULO 19..... 229**

WARMIPANGUI: CUERPO EN DISPUTA, CONTROL Y DOMINACIÓN

Enoc Moisés Merino Santi

DOI 10.22533/at.ed.66820160919

**CAPÍTULO 20..... 238**

TERRITORIO ZAPATISTA Y POLÍTICA CIUDADANA

Gloria Patricia Ledesma Ríos

Nancy Zarate Castillo

**DOI 10.22533/at.ed.66820160920**

**CAPÍTULO 21.....248**

**A EXPERIÊNCIA DOS ‘ESCRAVOS DE CONDIÇÃO’ NO PROCESSO DE LEGALIZAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA DO SÉCULO XVII**

*Antonio Martins Ramos*

**DOI 10.22533/at.ed.66820160921**

**CAPÍTULO 22.....258**

**INVESTIGAÇÃO DO USO DE ÁLCOOL EM INDÍGENAS KARIPUNA**

*Fernanda Matos Fernandes Castelo Branco*

*Divane de Vargas*

**DOI 10.22533/at.ed.66820160922**

**CAPÍTULO 23.....271**

**PARA ADIAR O FIM DO MUNDO: RESISTÊNCIAS NO PENSAMENTO-AÇÃO DE AILTON KRENAK**

*Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro*

**DOI 10.22533/at.ed.66820160923**

**SOBRE AS ORGANIZADORAS.....283**

**ÍNDICE REMISSIVO.....284**

# CAPÍTULO 1

## A CRIANÇA GUARANI E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INFANTIL INDÍGENA NA ALDEIA KRUKUTU

*Data de aceite: 01/09/2020*

**Edna Ferreira**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
(PUC-SP)  
São Paulo, São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/8210290695408750>

**RESUMO:** Este artigo é um fragmento da dissertação de mestrado, que analisa a educação escolar infantil indígena na aldeia Krukutu, Guarani Mbya, localizada na região de Parelheiros, Zona Sul do Município de São Paulo, por meio da implantação do CECI (Centro de Educação e Cultura Indígena). A pesquisa objetivou-se examinar os desafios presentes na busca por uma educação diferenciada e intercultural. A análise fundamenta-se na noção de “fronteira”, no campo social e pedagógico, entendendo-a como um espaço de contato e intercâmbio entre populações, em que conhecimentos e tradições têm a possibilidade de serem reforçados, repensados e ressignificados, bem como o espaço em que a cultura oral e a linguagem escrita se encontram e se desencontram, com a possível evidenciação das diferenças étnicas e de modos de ser e viver.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança guarani; Educação escolar infantil indígena; CECI.

### THE GUARANI CHILD AND INDIGENOUS CHILDREN'S SCHOOL EDUCATION IN THE KRUKUTU VILLAGE

**ABSTRACT:** This essay is a fragment of the master's dissertation, which analyzes indigenous children's school education in the Krukutu village from Guarani's Mbya, located in the district of Parelheiros, in the Southern side of the municipality of Sao Paulo, through the implementation of CECI (Center for Indigenous Education and Culture). The goal was to examine the current challenges in the search for distinguished and intercultural education. The analysis is based on the notion of a “frontier” in the social and pedagogical field, understanding it as a place of interaction and exchange between populations, in which knowledge and traditions have the possibility of being strengthened, rethought and reassigned, as well as the environment in which oral culture and written language meet and mismatch, with the possible evidence of ethnic differences and ways of being and living.

**KEYWORDS:** Guarani Child; Indigenous Children's School Education; CECI.

### INTRODUÇÃO

Já sabemos que o processo de escolarização das populações indígenas no Brasil, teve início com a história da colonização europeia. No entanto, o debate crítico sobre qual escola para os índios é muito atual. O momento é de transformação da educação escolar nas aldeias, assumindo um lugar de exercício indígena da autonomia e expressão de sua

identidade, legitimada pela Constituição de 1988. Vislumbra-se a possibilidade de uma escola diferenciada, que passe a fazer parte das demandas e dos projetos políticos desses povos. Esta transformação está vinculada às reivindicações indígenas pelo reconhecimento do direito à manutenção de suas formas específicas de viver e de pensar, de suas línguas e culturas, de seus modos próprios de construção e transmissão de conhecimentos, e da garantia do espaço físico e cultural da vivência tradicional, reconhecidos pela legislação brasileira.

A educação escolar nas aldeias, especificamente a educação escolar infantil indígena não pode ser vista como instituição externa ou alheia à especificidade do grupo, mas sim, conforme Tassinari (2001, p.58) como espaços de mediação e de tradução, espaços ressignificados pelos índios, na possibilidade de trocas e intercâmbio de conhecimentos. Para Bergamaschi (2007), considerar a escola na aldeia como encontro, como interface de interação e comunicação entre dois mundos, como região de fronteira, a porta para o mundo não indígena que a escola significa, permite o diálogo e a troca e, também, que se conheça e se valorize o mundo indígena.

A partir do encontro com o outro, no fluxo de conhecimentos, foi implantado o CECI (Centro de Educação e Cultura Indígena), pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Para atender à solicitação dos indígenas, foram criados três CECIs, em três aldeias Guarani no Município de São Paulo: Krukutu, Tenonde Porã e Jaraguá. Cada CECI possui um CEII (Centro de Educação Infantil Indígena) e um Centro Cultural. Seu projeto pedagógico inovador foi construído numa perspectiva intercultural, com todos os desafios e tensões próprias de um processo de construção de uma educação diferenciada e que tivesse respeito ao *Nhandereko* Guarani, isto é, ao modo de ser e de viver Guarani.

Neste artigo, elegeu-se delimitar alguns aspectos dos estudos realizados e apresentados na dissertação de mestrado intitulada “A criação do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) e a educação infantil indígena na aldeia Krukutu”, com objetivo de compreender o significado da educação escolar infantil indígena na aldeia Krukutu e como a comunidade se apropria desta instituição, principalmente a criança Guarani, possibilitando analisar em quais situações a educação infantil indígena e a educação escolar infantil indígena se aproximam e se distanciam no espaço do CECI na busca de traços, indícios e situações que apontam para as dificuldades e, também, possibilidades educativas da educação escolar indígena.

## **A CRIANÇA GUARANI**

“(…) A criança Guarani... a criança nova traz coisas novas, significados novos. Aumentar a população da aldeia, isso traz força pra nós. Tem que cuidar das crianças porque são de muito valor. Todos têm que cuidar das crianças, os pais, pajés, agentes de saúde. A primeira educação é dos pais. Tem criança que mama até dois a três anos. A criança já tem espírito e é por isso que



tem que ter educação. A educação é para o espírito cuidar do corpo.” (Pajé Laurindo Tupã, 2011)

O cuidar e o educar faz parte da educação Guarani permeado pelo conhecimento tradicional. Todos cuidam das crianças, inclusive as crianças entre si. É comum ver crianças maiores cuidarem das menores, pois além das crianças aprenderem com os adultos aprendem também com as outras crianças. Observa-se que o cuidado com as crianças mais novas também faz parte do aprendizado dos futuros pais e mães. Um dos fatores da baixa frequência escolar de crianças a partir de dez anos, principalmente das meninas, é devido à orientação materna e paterna de ficarem em casa para aprenderem a cuidar dos irmãos menores, principalmente dos bebês, pois logo também serão mães. A partir dos cinco anos, aproximadamente, os pais começam a ensinar tudo sobre o que elas precisam saber para se tornarem adultos responsáveis, sendo enfatizado o comportamento a ser seguido, o respeito ao próximo, enfim, tudo sobre a cultura em que vivem.

As crianças são consideradas uma emanção de “Nhanderu” (O “Criador”, “Deus”), como alma pura da aldeia, vivem em liberdade, respeito e atenção. Timóteo Verá destaca:

(...) nós consideramos criança até mais ou menos dez anos. Dez anos para frente já tem consciência que estão fazendo alguma coisa errada. Então, primeiro leva no pajé para orientar e lembrar de novo da educação, da importância do conhecimento, passar sabedoria para ela para que não faça coisa errada na aldeia. (Cacique Timóteo Verá, aldeia Tenonde Porã, em reunião no CECI Krukutu, 2007)

As orientações são incansavelmente dadas. Sempre que há necessidade, retornam aos assuntos já tratados, pois sabem que a criança está em fase de formação e que ela não aprende tudo de uma vez. As crianças também aprendem por meio dos exemplos dos adultos. Por isso, em nenhuma atividade da aldeia a criança é excluída. Elas estão sempre próximas aos adultos – em reuniões, cerimônias, na confecção de artesanatos e na rotina familiar.

É comum observarmos nas brincadeiras simbólicas a representação desse cotidiano. Brincam o tempo todo. Em uma das constantes brincadeiras, observa-se a representação do uso do *petyngua* (cachimbo) feito de materiais retirados da natureza. Percebe-se que a partir dos dez anos, aproximadamente, as crianças utilizam o *petyngua* como os adultos. As brincadeiras são realizadas em todo o espaço da aldeia Krukutu, seja na mata, nas proximidades das escolas, no posto de saúde, na associação, no campo de futebol, na represa e nas proximidades das casas. Somente na Opy não foi observada nenhuma brincadeira. Na tentativa de fazê-la, as crianças eram logo repreendidas.

Os brinquedos são de uso coletivo. As crianças não possuem apego aos brinquedos, sejam comprados, doados ou do material permanente do CECI. Os parques com brinquedos infantis adquiridos pelo CECI são muito utilizados por todos da aldeia, não havendo divisão de alunos do ensino municipal e estadual. Entre as atividades desenvolvidas no CECI

Krukutu também ocorrem brincadeiras diversas, da cultura indígena e não indígena, utilizando variados tipos de jogos e brinquedos recebidos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Na maior parte do tempo, as crianças estão brincando com outras crianças. Os mais velhos as veem como possibilidade de fortalecimento da cultura, sendo consideradas protetoras da aldeia.

Todo conhecimento tradicional faz parte da educação. Ouvir os mais velhos, seus conselhos e sabedoria, aprender a respeitar os demais e a cultura, aprender na prática com seus pais, parentes e lideranças. As crianças aprendem na observação, no ouvir, no tocar, experimentar; aprendem com e na natureza. Aprendem dentro e fora de suas casas, aprendem na Opy (casa de reza), onde praticam ou presenciam o canto e dança Guarani. Estão sempre presentes nos rituais, cerimônias, reuniões e nas rezas. Desde pequena a criança percebe a força da palavra. Observa-se que a palavra “*nãõ*” é raramente dita para as crianças. Isso não quer dizer que tudo pode, mas que tudo é permitido até o momento em que os pais ou alguém mais velho observa que a criança pode se prejudicar. Nesse momento, a criança é advertida e orientada e se desloca para outra atividade, sempre observada por alguém da comunidade. Certa vez, ao ser questionado sobre o quase não uso da palavra “*nãõ*”, Marcos Tupã, então cacique da aldeia Krukutu, disse que ao falar muito a palavra “*nãõ*” ela perde a força, e que por isso os filhos dos juruás (nãõ índios) não obedecem aos seus pais, porque para quase tudo os pais lhes falam a palavra “*nãõ*”.

Percebe-se que a educação da criança está voltada para sua autonomia, com respeito à sua individualidade e participação nas atividades da aldeia. Segundo Tassinari (2007), para os Guarani, há o reconhecimento da autonomia da criança, que deve ser respeitada, pois a criança é vista como um ser de fato, portador de um espírito que precisa ser cativado para ficar na terra. Quando seus pais ou outros familiares resolvem mudar de aldeia, a criança é ouvida e suas manifestações de satisfação e insatisfação são levadas em conta, bem como a sua liberdade de escolha. Para Tassinari (2007), a liberdade que é dada às crianças indígenas parece atrelada ao reconhecimento de suas habilidades de aprendizagem. As escolhas das crianças são ouvidas com respeito e consideração. Pissolato (2007, p. 148) relata que um menino de sete anos pode, se lhe interessa e consiga o apoio de adultos, arriscar-se em visita a outra aldeia na busca de amigos e experiência. Contudo, é na adolescência que os jovens costumam se desligar temporariamente de suas famílias em busca de novas amizades e relacionamentos afetivos.

## **A IMPLANTAÇÃO DO CECI**

“O CECI veio fortalecer as práticas relacionadas à natureza, os animais, o calendário tradicional da cultura, a culinária, a história, artesanatos, a religiosidade e a língua... veio fortalecer a vida cultural Guarani dentro do contexto do conhecimento milenar... isso é a nossa resistência...” (Marcos Tupã, aldeia Krukutu, 2011).

Atendendo à solicitação dos indígenas, os CECIs também foram criados a partir da necessidade de se fazer frente à influência crescente da cultura não indígena nas aldeias Guarani existentes na cidade de São Paulo. Foi no mandato de Marta Suplicy que os CECIs foram implantados, em 2004, juntamente com os CEUs (Centros Educacionais Unificados), no Município de São Paulo. Esses projetos tinham como objetivo atingir a população em áreas carentes do Município de São Paulo, principalmente nas periferias, prestando serviços educacionais e culturais. O fato das aldeias indígenas estarem cercadas pelos centros urbanos, tendo seu espaço físico reduzido, faz com que se deparem com a possibilidade de perda de suas tradições e dos meios tradicionais de sobrevivência no espaço natural como a caça, a pesca e a agricultura. O contato de crianças e adolescentes indígenas com a cultura não indígena está cada vez mais intenso, ocorrendo principalmente pelos meios de comunicação como TV, rádio e computadores. O uso crescente da língua portuguesa, a adoção de hábitos diferentes aos costumes Guarani, o enfraquecimento do modo de ser e de viver guarani (*Nhandereko*), se revelam como dificuldades para manutenção da identidade. Assim, pensou-se em um CECI com atividades diferenciadas e adequadas para o fortalecimento dos costumes e valores dos antepassados, fazendo com que a tradição e cultura Guarani fossem fortalecidas e valorizadas, como assinalou Marcos Tupã:

(...) Pensamos no contexto da educação diferenciada e no fortalecimento da identidade cultural. No contexto da legislação já definia ensino diferenciado e bilíngue, em cada processo de aprendizagem de cada povo; O CECI veio fortalecer as práticas relacionadas à natureza, aos animais, o calendário tradicional da cultura, a culinária, a história, artesanatos, a religiosidade e a língua... veio fortalecer a vida cultural Guarani dentro do contexto do conhecimento milenar (...).

Os CECIs possuem um CEII (Centro de Educação Infantil Indígena) e um Centro Cultural. O CEII (Centro de Educação Infantil Indígena) vinculado ao CECI Krukutu tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança indígena, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, na faixa etária de zero a cinco anos e 11 meses. Já o Centro Cultural está voltado para a promoção das práticas culturais dos Guarani. Apesar das crianças estarem divididas em turmas, conforme é designado pela Secretaria Municipal de Educação, os grupos na prática estão organizados de acordo com o modo de vida Guarani, a partir do qual crianças de diferentes faixas etárias participam juntas das atividades desenvolvidas pelos educadores, atendendo aos seguintes objetivos, contidos no projeto pedagógico:

Reafirmar e fortalecer a identidade étnica presente no modo de ser e de vida Guarani, principalmente na educação das crianças (*Nhandereko*); estimular e valorizar o uso da língua materna Guarani e suas formas próprias de construção do conhecimento; fortalecer as formas de transmissão oral; valorizar brincadeiras, jogos, cantos e danças infantis tradicionais (Xondaro e Tangará); valorizar o saber e o conhecimento dos mais velhos; recuperar,

divulgar e preservar suas histórias, conhecimentos e tradições orais; construir um espaço para diálogos e conversas sobre as atividades tradicionais (roças, pesca, construção de casa, culinária e artesanato); despertar o conhecimento sobre outros povos indígenas; divulgar e informar sobre a realidade e a cultura Guarani para os não indígenas (*juruás*); possibilitar aos Guarani o acesso e intercâmbio com outros povos indígenas e não indígenas, bem como aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade envolvente; formação permanente do educador indígena.

Seguindo as orientações da portaria nº 3194 de 27 de maio de 2004, o CECI deve oferecer atendimento às crianças em período integral de oito horas diárias, de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h, divididos em dois períodos, manhã e tarde, sendo quatro educadores por período e um auxiliar escolar que permanece em período integral. No ano letivo de 2011, estavam matriculadas no CECI Krukutu 64 crianças.

As instalações e equipamentos do CEII e do CECI Krukutu são: um pátio interno, duas salas de aula, uma sala administrativa, uma cozinha, despensa (para armazenar alimentos), uma sala para utensílios, dois banheiros externos e dois internos; Sala de Informática e Biblioteca; um Espaço Infantil (chuveiro e banheiro para crianças menores) e uma Brinquedoteca. A alimentação servida às crianças é proveniente da SEMAB (Secretaria Municipal de Abastecimento). Apesar de os alimentos fornecidos pela prefeitura serem semelhantes aos das escolas não indígenas, existem alguns alimentos específicos da culinária Guarani que são enviados, como milho em natura e mandioca em maior quantidade.

Com exceção da coordenadora geral, todos os funcionários são indígenas. A coordenadora geral é funcionária da Secretaria Municipal de Educação. Os demais funcionários do CECI são contratados por empresas terceirizadas ou por uma organização não governamental (ONG). Os educadores acompanham as crianças em todas as atividades realizadas no CECI. Observa-se que alguns pais também participam de algumas atividades com as crianças como parquinho, desenho, pintura e exibição de filmes. A maioria das atividades são baseadas no calendário Guarani, pois a cada mês ou período constam atividades cerimoniais e econômicas específicas.

Um das maiores dificuldades encontradas por todos os funcionários do CECI é a demora para começar a formação inicial para os educadores. A maior parte dos educadores é alfabetizada. A maioria não terminou o ensino fundamental e nenhum tem o ensino médio completo. A maioria quer prosseguir seus estudos almejando o ensino superior, mas devido à distância e a falta de transporte não conseguem frequentar as escolas não indígenas que mantêm essas modalidades de educação.

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR INFANTIL INDÍGENA**

De acordo com os dados do Censo Escolar INEP/MEC de 2006, existem 2.422 escolas funcionando nas terras indígenas, atendendo a mais de 174 mil estudantes.

Nessas escolas trabalham aproximadamente 10.200 professores, 90% deles indígenas; 1.113 escolas estão vinculadas diretamente às Secretarias Estaduais de Educação e 1.286 são mantidas por Secretarias Municipais de Educação de 179 Municípios. Existem ainda algumas escolas indígenas mantidas por projetos especiais, como da Eletronorte, e por entidades religiosas. Estas escolas são declaradas no Censo Escolar como escolas particulares. Esses dados mostram que a oferta de educação escolar indígena cresceu 48,7% em quatro anos. Em 2002, foram contabilizados 117.171 alunos frequentando escolas indígenas, em 24 unidades da federação. Em 2006, esse número chegou a 174.255 estudantes em cursos que vão da educação infantil ao ensino médio, conforme demonstra a tabela a seguir:

<b>Estudantes Indígenas</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
<b>Educação Infantil</b>	9.476	11.429	14.152	18.583	18.918
<b>EF 1ª a 4ª série</b>	82.918	96.567	99.632	104.573	105.543
<b>EF 5ª a 8ª série</b>	16.148	18.954	19.371	24.251	28.767
<b>EJA</b>				11.862	13.217
<b>TOTAL</b>	117.446	139.556	147.571	164.018	174.255

Tabela 1 - Distribuição dos alunos indígenas pelos níveis de ensino

Fonte: INEP/MEC, 2006.

No tocante à oferta da educação escolar infantil indígena, é possível observar que houve um crescimento significativo, chegando a dobrar entre 2002 e 2006, sendo esse crescimento superior ao geral e ao verificado nos demais níveis de ensino, apesar desse dado não ter sido destacado no relatório elaborado pela Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena, ligada ao SECAD/MEC em 2007. De acordo com esse relatório os dados demonstram que, em que pese os avanços obtidos, muito ainda precisa ser feito, pois a relação entre o número de alunos indígenas nos ensino fundamental I (1ª a 4ª séries) e fundamental II (5ª a 8ª séries) é de 3,67, sendo que se a oferta de ensino fundamental estivesse, de fato, garantida às comunidades indígenas esta relação seria próxima a 1,0, pois este índice tem um valor médio de 1,23 para todo o país. O relatório aponta, ainda, que o número de estudantes indígenas em turmas de ensino médio ainda é muito reduzido. Isso significa que centenas de jovens indígenas ainda precisam migrar para as cidades em busca da escola, enfrentando inúmeras situações de risco social. Destaca também que, apesar do expressivo investimento realizado em 2005 e 2006, a maioria das escolas indígenas não conta ainda com estrutura física e equipamentos adequados ao pleno desenvolvimento de suas atividades; não há uma avaliação adequada da qualidade do ensino ministrado nas aldeias e, em alguns estados, a formação do professor indígena se faz de maneira

intermitente e com qualidade questionável. Com relação ao número de estabelecimentos de ensino, o relatório aponta que, em 2002, o número de escolas indígenas era de 1.706 e, em 2006, passou para 2.422, sendo possível perceber um aumento de 716 novas escolas (42,0%). Cada escola indígena abriga, em média, setenta alunos, quatro professores e ao menos mais um funcionário da comunidade, além do fato de que o crescimento de escolas indígenas significa cerca de 50.120 novos alunos indígenas com acesso à formação escolar, cerca de 2.860 novos professores e, ao menos, 3.580 novos assalariados em terras indígenas.

A partir do número expressivo de matrículas na educação infantil, percebe-se que a cada ano, cada vez mais cedo, as crianças indígenas estão enfrentando a experiência formal nas escolas indígenas. A escola, assim como apontam os dados já mencionados, está presente nas aldeias indígenas de diferentes etnias, num movimento crescente de matrículas e de construção de novos equipamentos implantados pelos governos estaduais e municipais, com especial destaque para educação escolar infantil indígena.

Os Guarani da aldeia Krukutu percebem na escola uma possibilidade de educação diferenciada e intercultural. As lideranças da aldeia desejam que as crianças e os jovens tenham interesse em conhecer aspectos do *jurua* (não-índio) na possibilidade de um diálogo intercultural. Acreditam que por meio do conhecimento, tanto os Guarani como os *jurua*s possam estabelecer uma relação de troca, não de utensílios por pau-brasil, como há 500 anos, mas por conhecimentos, como destaca Marcos Tupã,

(...) É importante o conhecimento Guarani, mas também o conhecimento que vem de fora, até pra se defender também. Hoje a pressão econômica é muito forte. Temos que conversar no mesmo patamar. Os locais que têm recursos materiais para viver não precisam de escola, mas quando não tem deve buscar alternativas (...)

Os Guarani percebem a especificidade da escola, mas ao mesmo tempo a percebem como espaço de resgate e fortalecimento de sua cultura. Além de promover a interação entre as aldeias, por meio de encontros de educadores e lideranças, também entram em contato com experiências pedagógicas de escolas *jurua*s e de universidades por meio de cursos de formação, objetivando a educação intercultural e diferenciada.

A educação diferenciada é percebida como uma possibilidade de inserir aspectos da cultura Guarani no currículo escolar, enriquecendo sua prática e as relações estabelecidas no contato com o conhecimento da sociedade envolvente, em um encontro de duas visões de mundo. É possível perceber que o papel da educação escolar indígena na aldeia não se restringe apenas aos aspectos pedagógico-curriculares. Ressalta-se que a escola está inserida na luta pela melhoria das condições de vida dos Guarani por meio da alimentação servida no CECI, da criação de empregos, da geração de renda a partir de projetos específicos, do acesso a tecnologias de informação e com a interação com as aldeias de São Paulo.

Apesar das justificativas positivas para a implantação da escola na aldeia, alguns Guarani ainda temem sua inserção, pois além de ainda estarem construindo a concepção de uma escola indígena, sentem-se um pouco desamparados e despreparados em sua ação pedagógica, e nas consequências de uma escola dentro da aldeia. Requistam também formação pedagógica, com materiais específicos que tenham algo em comum com as escolas *jurua's*. Acreditam ser importante a escola dentro da aldeia, pois não haveria a preocupação de sair para estudar, assim como destaca Marina Katu, mãe de Alessandro, aluno do CECI: “(...) *quando estudei no Paraná, a gente sofria para ir à escola, ia a pé, no frio, na chuva, era muito longe... nessa época eu morava na Aldeia Rio das Cobras... Quando eu venho no CECI também aprendo algumas coisas (...)*”.

Ainda que a maioria dos Guarani da aldeia Krukutu percebam o limite entre a educação indígena e a educação escolar indígena, em algumas famílias esta fronteira tem sido ressignificada, assim como relata Jandira Rete Veríssimo, educadora no CECI:

(...) A educação de casa e do CECI é tudo igual. Por exemplo, eles estudam e brincam. Na minha casa eu dou aula para meus filhos, agora ele está lendo e escrevendo... Toda noite eu dou caneta, lápis e caderno para meu filho de oito anos... Antes dele entrar na escola já dava lição pra ele em português... Em casa só fala Guarani. Para ensinar a ler eu leio em português... Tenho dois filhos no CECI, já dou pra eles algumas letrinhas pra ler e escrever (...).

Nota-se, por meio do relato de Jandira, a preocupação de preparar os filhos para a aprendizagem escolar, estabelecendo limites entre o que é da cultura Guarani e não Guarani. Esta fronteira ressignificada também é percebida nos meios de comunicação inseridos na aldeia como a TV, aparelhos de som, a Internet, o telefone celular etc. Por meio de suas apropriações específicas, os Guarani da aldeia não se cansam de dizer, principalmente aos visitantes, que “*não é porque temos coisas de jurua's que nos transformamos em jurua's*”.

Dados fornecidos pela Pastoral da Criança revelam que em 2000, ano em que se deu início ao trabalho na aldeia, o índice de desnutrição era de 24,8%. Em 2004, quando se iniciou o projeto CECI, 23,5%; em 2008, o índice foi de 6,4% e, em 2011, de 4,9%. É possível observar uma diminuição significativa na desnutrição das crianças da aldeia. Para a agente da Pastoral da Criança, a Sr.<sup>a</sup> Rosamar, a desnutrição diminuiu consideravelmente depois da implantação do CECI, mas ainda há alguns casos. Ela reforça que a desnutrição está relacionada à falta de alimentos nutritivos, sendo que algumas famílias não possuem recursos para custear alimentos em quantidade suficiente para crianças e adultos, por isso, também é importante a implantação de projetos de sustentabilidade, a partir dos quais as famílias terão renda para aquisição de alimentos.

Além da diminuição da desnutrição, outras mudanças ocorreram, assim como relata Olívio Jekupé (2011):

" (...) Teve mudanças no cotidiano da aldeia... computadores, filmes. Como o CECI é no centro da aldeia, é um lugar onde as pessoas gostam de conversar, é aglutinador de pessoas; a qualidade de vida melhorou muito com a criação de empregos para as pessoas/famílias, melhorou a saúde das crianças também, pois além da água ser ruim, antes do CECI, as crianças passavam fome".

Além da escola ser um espaço para aprender tanto o conhecimento indígena como o não indígena, ela é também percebida como uma possibilidade de dar continuidade aos estudos, facilitando o ingresso nos níveis superiores de ensino. Os Guarani da aldeia Krukutu acreditam ser fundamental ter pessoas formadas no ensino superior ou médio dentro da aldeia; esse seria mais um mecanismo de fortalecimento cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Eu espero que o governo que implanta as escolas tenha abertura de diálogo com a comunidade... ter espaço para este diálogo, porque é uma troca. Desde a colonização estamos resistindo..." (Marcos Tupã, 2011).

Com a Carta Magna de 1988, a educação indígena deixou de ter o caráter integracionista preconizado pelo Estatuto do Índio (Lei 6.001/73), e assumiu o princípio do reconhecimento da diversidade sociocultural e linguística, valorizando sua manutenção, que passou a ser regulamentada por meio de vários dispositivos legais. Com a LDB/1996 efetivou-se a garantia aos índios de uma escola com características específicas, diferenciada e intercultural, valorizando o conhecimento tradicional e lhes fornecendo instrumentos para enfrentar o contato com outras sociedades e culturas.

Bergamaschi (2007) destaca que é num cenário de possibilidades concretas que algumas aldeias buscam a escola, adequando as necessidades das aldeias à instituição escolar que, mesmo controlada por dispositivos legais que permitem a escola diferenciada, tem uma força padronizadora que excede aos controles da lei.

De acordo com a resolução nº 5/2009 do Conselho Nacional de Educação, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o parágrafo 2º destaca que em relação às crianças indígenas, há que se garantir a autonomia dos povos e nações na escolha dos modos de educação de suas crianças de zero a cinco anos de idade, além disso, as propostas pedagógicas para esses povos devem afirmar sua identidade sociocultural. Quando oferecidas, aceitas e requisitadas pelas comunidades, como direito das crianças indígenas, as propostas curriculares na Educação Infantil devem proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo; reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças; dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas socioculturais de educação e cuidado da comunidade; adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de



modo a atender as demandas de cada povo indígena.

Apesar da legislação para a educação escolar indígena estar direcionada predominantemente para o ensino fundamental, a efetivação da educação escolar infantil nas aldeias vem suscitando um novo olhar específico para esta modalidade de educação. Muito há por fazer, alguns projetos já estão sendo efetivados, como os próprios CECIs, no entanto, na maioria das aldeias, essa modalidade de educação é oferecida em conjunto com o ensino fundamental, seja utilizando o mesmo espaço físico, seja concebendo a educação infantil a partir da mesma proposta pedagógica para o ensino fundamental.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marta Maria. Censos demográficos e os “índios”: dificuldades para reconhecer e contar. In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.); **Povos indígenas no Brasil**, 1996/2000. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

BARROS, Denise Cavalcante, SILVA, Denise Oliveira e, GUGELMIN, Silvia Angela (Orgs.). Vigilância Alimentar e Nutricional para a saúde indígena. In: SANTOS, Ricardo Ventura. et al. **Povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro. Fiocruz, 2007.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**.1998. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1969.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Guarani: índios do sul. Religião, resistência e adaptação**. Estudos Avançados. São Paulo. USP, setembro a dezembro, vol.4. nº 10, 1990.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Educação escolar indígena: um modo próprio de recriar a escola nas aldeias guarani**. Caderno CEDES, vol.27, nº 72, p.197-213, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por que querem e por que não querem escola os Guarani?** Revista Tellus, ano 4, outubro, nº7, p. 107-120. Campo Grande-MS:UCDB Editora,2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,1988.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, nº 9396/96**. Brasília. MEC,1996.

BRASIL, Ministério da Educação.**Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília: INEP, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para escolas indígenas**. Brasília: SECAD, 1998.

CADOGAN, Léon. **Ayvu Rapyta: Textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1959.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p.9-24, 1992.

FERREIRA, Edna, GODOY, Marília Gomes Ghizzi. **O universo cultural da criança Guarani Mbya e a presença dos Centros Educacionais e Culturais Indígenas – CECIs, nas aldeias de São Paulo**. Cadernos Ceru (USP), v.25, p. 101-119, 2014.

FERREIRA, Mariana Kawal Leal. **Divina abundância: fome, miséria e a Terra-Sem-Mal das crianças Guarani**. In: SILVA, Aracy Lopes da, MACEDO, Ana Vera Lopes da Silva, NUNES, Angela (Orgs). *Crianças Indígenas – Ensaios Antropológicos*. São Paulo: Global, 2001.

GODOY, Marília Gomes Ghizzi. **O misticismo Guarani Mbya na era do sofrimento e da imperfeição**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

LADEIRA, Maria Inês, AZANHA, Gilberto. **Os índios da serra do mar: A presença Mbya-Guarani em São Paulo**. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1998.

MAHER, Terezinha de Jesus. **A criança indígena: do falar materno ao falar emprestado**. In: FARIA Ana Lucia Goulart de, MELLO, Suely Amaral (Orgs.). *O mundo da escrita no universo da pequena infância*. Campinas. Autores Associados, 2005.

MARTINS, José de Souza. 2009. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto -2ª edição.

MELIÁ, Bartolomeu. A experiência religiosa Guarani. In: **O rosto índio de Deus**. São Paulo: Vozes, 1989.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Guia do líder da pastoral da Criança**. Curitiba, 2007.

PISSOLATO, Elizabeth. **A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya(guarani)**. São Paulo: Editora UNESCO: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2007.

SILVA, Aracy Lopes. "Antropologia da Educação" no Brasil? Reflexões a partir da escolarização indígena. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2000.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da, FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs). **Antropologia, História e Educação**. São Paulo: Global, 2001.

\_\_\_\_\_. **Concepções indígenas de infância no Brasil**. Revista Tellus, ano 7, outubro, nº13, p. 11-25. Campo Grande- MS:UCDB Editora, 2007.

TORAL, André. **Subsídios para a elaboração de um projeto pedagógico para os Centros de Educação e Cultura Indígena do Município de São Paulo**. SME, 2004.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aldeia Tuxa 51

Amazônia 13, 17, 43, 44, 45, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 105, 130, 160, 175, 218, 250, 252, 259, 269

Ancestralidade 89, 90, 92, 97, 98, 100, 101, 104, 113, 151, 152, 156, 157, 158

Audiovisual 99, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 116

### C

Comunidades Nativas 160, 162, 165, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184

Construção de Currículo 13

Criança Guarani 1

Curtas Metragens 107, 109

### D

Descolonização 89

Disputa 229, 235, 243, 249, 274

### E

Educação Escolar 1, 2, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 21, 22, 27, 30, 35, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 70, 75, 76, 121, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 216, 224

Educação Intercultural 8, 14, 22, 24, 35, 63

Escolas Indígenas 7, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 32, 34, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 74, 76, 92, 202

Escravidão Indígena 248

Espiritualidade 94, 141, 146, 148, 156, 158

### I

Indígenas Karipuna 258

### L

Léxico Indígena 77, 80, 81, 83, 85

Língua Ameaçada 12, 202

### M

Memórias 10, 65, 66, 88, 89, 91, 92, 95, 102, 110, 116, 119, 132, 135, 144

## **O**

Oralidades 119

## **P**

Políticas 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 48, 54, 64, 65, 67, 68, 75, 89, 111, 123, 127, 129, 136, 145, 149, 163, 178, 191, 200, 202, 203, 204, 205, 208, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 244, 249, 251, 253, 270, 277

Políticas de Fortalecimento 202

Práticas Inclusivas 23, 24, 29, 31, 33, 34

## **R**

Resistências 90, 132, 144, 271



# Culturas e História dos Povos Indígenas

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



Atena  
Editora

Ano 2020



# Culturas e História dos Povos Indígenas

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 



Atena  
Editora

Ano 2020